

Ocupações escolares em Francisco Beltrão-PR: contribuições para a formação dos jovens

School occupations in Francisco Beltrão, Paraná: contributions for youth education

Ocupación escolar en Francisco Beltrão-PR: contribuciones para la formación de los jóvenes

Franciele Maria David
*Suely Aparecida Martins***

Resumo

Nos anos de 2015 e 2016, em reação às reformas educacionais neoliberais, estudantes brasileiros ocuparam escolas e universidades públicas. Este artigo reflete sobre estas ocupações secundaristas, destacando aquelas ocorridas em 2016, no Paraná, especialmente no município de Francisco Beltrão, tendo como objetivos historicizá-las e destacar seu caráter formativo. A pesquisa foi qualitativa e, além de revisão bibliográfica, recorreu à análise de documentos (jornais e páginas do *Facebook*) e a entrevistas semiestruturadas feitas com onze estudantes participantes das ocupações em Francisco Beltrão. Como aporte teórico, baseou-se em Snyders (2005) para o entendimento da escola e do movimento estudantil como inserido na luta de classes, e na concepção libertadora de educação de Freire (1987). O texto apresenta o processo das ocupações escolares no país entendidas a partir da categorização temporal proposta por Groppo (2018) e mostra como este processo foi vivenciado em Francisco Beltrão, revelando o seu potencial formativo. Ao final, salienta o teor formativo das ocupações em Francisco Beltrão, observadas na auto-organização dos secundas, no ensaio de formas de participação mais horizontais, no tensionamento da forma escolar capitalista e como marco para a reorganização do movimento estudantil no município.

Palavras-chave: ocupações escolares; movimento estudantil; ensino médio.

Recebido em: 16/02/2020 – Aprovado em: 02/07/2022
<https://doi.org/10.5335/rep.v29i1.10629>
ISSN *on-line*: 2238-0302

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2004), mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2019). Atualmente é professora pedagoga da Secretaria Estadual de Educação, e professora colaboradora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: david_fran@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3812-2807>.

** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1996), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: martins_sue@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7876-6634>.



Abstract

In 2015 and 2016, Brazilian students, reacting to neoliberal reforms in education, occupied public schools and universities. This article reflects on high school occupations that took place and highlights those occurred in 2016, in the state of Paraná, particularly in the city of Francisco Beltrão. It aims to historicize and single out its educational nature. It is a qualitative study and, along with a bibliographic review, it used document analysis (papers and Facebook pages) and semi-structured interviews carried out with 11 respondents involved in Francisco Beltrão occupations. Our theoretical framework is based on Snyders (2005), when it comes to understand schools and student movement as part of class struggles and a liberation conception of education as in Freire (1987). We present the school occupation process in Brazil using Groppo's (2018) temporal categorization and how the process was experienced in Francisco Beltrão, disclosing its educational power. Finally, we highlight the educational content of Francisco Beltrão occupations seen in students' self-organization, in their more horizontal forms of participation, capitalist school form tensioning, and as a milestone for student movement reorganization in the city.

Keywords: school occupations; students' movement; high school.

Resumen

En los años de 2015 y 2016, en reacción a las reformas educativas neoliberales, estudiantes brasileños ocuparon escuelas y universidades públicas. Este artículo refleja sobre estas ocupaciones de los alumnos de la secundaria, destacándose aquellas ocurridas en 2016, en el Paraná, especialmente en el municipio de Francisco Beltrão, se plantea como objetivos historiarlas y destacar su carácter formativo. La investigación fue cualitativa y, además de la revisión bibliográfica, se recorrió a la análisis de documentos (periódicos y páginas del *Facebook*) y la entrevista semiestructurada hecha con once estudiantes participantes de las ocupaciones en Francisco Beltrão. El aporte teórico se basó en Snyders (2005) para la comprensión de la escuela y del movimiento estudiantil como inseridos en la lucha de clases, y en la concepción libertadora de educación de Freire (1987). El texto presenta el proceso de las ocupaciones escolares en el país entendidas a partir de la categorización temporal propuesta por Groppo (2018) y enseña como este proceso fue vivenciado en Francisco Beltrão, desvelando su potencial formativo. Al fin, se subraya el aspecto formativo de las ocupaciones en Francisco Beltrão, en el autoorganización de los secundarios, en el ensayo de formas de participación más horizontales, en el tensionamiento de la forma escolar capitalista y como marco para la organización del movimiento estudiantil en el municipio.

Palabras clave: ocupaciones escolares; movimiento estudiantil; enseñanza medio.

Introdução

Em outubro de 2016, foi proposta a reforma do ensino médio, tendo sido anunciada em caráter de urgência para aprovação pelo então presidente da República Michel Temer, por meio da medida provisória n.º 746/2016 (BRASIL, 2016a), sancionada em fevereiro de 2017 pela lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017). No mesmo período estava

em curso a proposta de congelamento dos gastos públicos com saúde e educação. A carta tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal como Projeto de Emenda Constitucional (PEC),¹ sendo aprovada como Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016b). Diante deste cenário nacional, estudantes organizaram-se, ocupando escolas públicas, núcleos regionais de educação e espaços públicos.

Considerado por muitos educadores como a primavera estudantil, este movimento começou no Paraná em 3 de outubro de 2016. A primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Em poucos dias, o movimento se estendeu por todo estado, chegando a cerca de 850 escolas ocupadas e quatorze universidades. Também chegou a outros estados, culminando em 1.197 escolas ocupadas em todo o país, conforme foi contabilizado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). (ZINET *apud* BOUTIN; FLACH, 2017, p. 432)

Em Francisco Beltrão, município do sudoeste paranaense, as ocupações começaram em 11 de outubro de 2016. Este município agrega dezesseis colégios estaduais, sendo que onze foram ocupados. Estas instituições escolares localizam-se em bairros centrais e periféricos, havendo apenas uma escola do campo.²

Em Francisco Beltrão, o primeiro colégio ocupado está localizado na periferia, em um dos bairros mais pobres, como ocorrido no início do movimento, na periferia de São José dos Pinhais. Houve ainda ocupações e protestos nas duas universidades públicas da cidade. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), os estudantes, principalmente dos cursos de Pedagogia e Geografia, ocuparam o *campus*, aderindo ao movimento dos secundaristas. No entanto, o grupo enfrentou resistência por parte dos estudantes dos cursos de Direito e Medicina. Os estudantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) protestaram em frente à universidade e promoveram discussões públicas sobre diversos temas, como a PEC dos gastos, o projeto Escola Sem Partido, diversidade e gênero.

O presente artigo busca historicizar o processo das ocupações estudantis e a forma como elas ocorreram em Francisco Beltrão, de modo a revelar o seu caráter formativo. Além de revisão bibliográfica, é feita uma análise de documentos, que conta com reportagens de um jornal local e com postagens na rede social *Facebook*, criadas pelos estudantes durante as ocupações. Foram realizadas também onze entrevistas semiestruturadas³ com jovens de todas as escolas ocupadas, sendo que, das onze escolas em Francisco Beltrão, só não realizamos entrevistas em uma escola do campo e em outra urbana.⁴ Como aporte teórico, esta reflexão ancora-se em autores como Snyders (2005), Freire (1987) e Groppo (2018).

O texto está organizado em três partes: a primeira destaca o processo das ocupações escolares no país, entendidas como primeira e segunda ondas. A primeira onda, mais longa, começa em 2015 e termina em meados de 2016, com pautas mais direcionadas às políticas educacionais neoliberais de seus respectivos estados. Na segunda onda, destaca-se a pauta nacional e o afunilamento das políticas neoliberais. Sobre a primeira onda, Groppo afirma:

Pode ser interessante separar o movimento das ocupações em duas ondas. A primeira, mais longa, vai de dezembro de 2015 a julho de 2016. Caracteriza-se por ações de caráter estadual, cada qual com seu próprio ciclo, em oposição às políticas educacionais de seus governos estaduais. Foi restrita a alguns estados – São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Ceará –, e as ocupações, com poucas exceções, se deram apenas em escolas públicas estaduais do Ensino Médio (GROPPO, 2018, p. 91).

Já a segunda onda de manifestação ocorreu em 2016, entre outubro e dezembro, começando no Paraná e estendendo-se para os demais estados e Distrito Federal. Neste momento, o Brasil se encontra em outro momento político “já consolidado o golpe institucional que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, vivia-se plenamente o novo tempo de brutais ataques aos direitos sociais que marca o governo de Michel Temer” (COSTA; GROppo, 2018, p. 91). Portanto, as pautas estudantis eram de âmbito nacional, como a Medida Provisória n.º 746 (BRASIL, 2016a), da reforma do ensino médio, e a PEC dos gastos, que congelou investimentos em educação, saúde e segurança por vinte anos.

A segunda parte do artigo historiciza o processo das ocupações escolares no município de Francisco Beltrão-PR e salienta o seu caráter formativo, evidenciado a partir das experiências dos jovens. A terceira parte são as conclusões alcançadas.

Compreende-se que a categoria juventudes está sempre inserida numa realidade concreta sendo, portanto, produto desta. As juventudes são entendidas como resultante das relações sociais, de gênero, etnias, geracionais, econômicas, estruturais e de classe. É o que destacam Margulis e Urrestim (1996, p. 14-15), quando escrevem: “*Entonces, acompañar la referencia a la juventud con la multiplicidad de situaciones sociales en que esta etapa de la vida se desenvuelve, presentear los marcos sociales históricamente desarrollados que condicionan las distintas manera de ser joven*”.

A categoria juventudes

[...] só existe na realidade social e, assim, deve figurar na análise sociológica em combinação com outras categorias estruturantes modernas. Acaba tornando-se realmente estéril uma análise sociológica dessa etapa da vida que não considere tal princípio: a existência, na prática social, de juventudes, nunca de uma juventude isolada das outras experiências sociais e das outras categorias modernas (GROPPO, 2005, p. 18).

Os jovens participantes das ocupações escolares em 2016 são sujeitos que têm rostos definidos, já que em sua maioria “pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em diversas regiões e com particularidades socioculturais e étnicas” (FRIGOTTO, 2004, p. 181). Ao fazer este recorte de classe, concorda-se com Frigotto, autor segundo o qual

[...] poderemos levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnicos, de gênero, de religião etc (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

Em sua maioria, os jovens secundaristas que participaram das ocupações escolares provêm das classes populares. São sujeitos que diariamente enfrentam as dificuldades impostas pela sociedade capitalista. Eles e elas vivem um período de afunilamento das políticas neoliberais, com o agravamento da crise do emprego, a retirada de direitos com constantes ataques à educação pública. Esses jovens lutam para manter os poucos direitos a eles assegurados e utilizaram-se da tática de ocupar para tencionar as estruturas sociais na busca de garantir um futuro com mais possibilidades.

Enfim, o movimento das ocupações secundaristas é entendido como estando inserido na luta de classes da sociedade capitalista. Nesse sentido, ele é expressão de suas contradições. Ao mesmo tempo que a escola pública é estendida às classes populares⁵, atendendo as exigências do capitalismo, ocorre uma ampliação para menos, já que é de pouca qualidade e busca adequar os estudantes aos interesses dominantes (ALGEBAILLE, 2009). Todavia, a escola abriga interesses divergentes, apresentando tensões e conflitos próprios da sociedade de classes. Como diz Snyders,

A escola não é o feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada [...]. A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correa de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação (SNYRDERS, 2005, p. 105-106).

É assim que as ocupações estudantis são entendidas, como parte das tensões entre as classes sociais no capitalismo. Nesse sentido, os estudantes, ao ocuparem as instituições de ensino, ousaram disputar a escola pública, debatendo e resistindo às políticas neoliberais.

Movimentos dos secundaristas: as ocupações escolares em 2015 e 2016

As ocupações escolares de 2016 são entendidas dentro de seu tempo histórico. Tanto como a categoria juventudes, inserida numa realidade concreta e, portanto, produto refletido deste momento vivido, “a consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o compreende-o como projeto humano” (FREIRE, 1987, p. 46). É dessa forma que se pode dizer que os estudantes secundaristas participantes das ocupações têm o rosto marcado – são filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras. Não fazem parte da classe média, sendo que estes foram protagonistas das lutas estudantis em décadas passadas. Foram, por exemplo, estes jovens que se organizaram e lutaram por reformas educacionais e sociais na sociedade brasileira e, depois, contra a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. Envolvidos na luta de classes do seu tempo histórico, estes jovens aliaram-se às lutas das classes trabalhadoras. Já no contexto das ocupações escolares de 2015 e 2016, foram os jovens pertencentes, na sua maioria, à classe trabalhadora os principais protagonistas e, conseqüentemente, trouxeram consigo uma outra condição socioeconômica e cultural:

Cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais e compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas uma imposição de um capitalismo que rompe com elos contratuais coletivos e reduz a contratos individuais e particulares (FRIGOTTO, 2004, p. 197).

Grosso (2018) escreve sobre o movimento das ocupações escolares e o separa em primeira e segunda ondas, não como processos distintos, mas com pautas, inicialmente, localizadas, e depois, em âmbito nacional, unificados pela tática de ocupar e pela rapidez, força e potência organizativa dos secundaristas.

A primeira onda começa entre o final de 2015 e início de 2016 em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul. Teve como pauta o afunilamento de políticas educacionais neoliberais levadas a cabo por governos estaduais. A segunda onda é caracterizada por ocupações escolares, iniciadas em outubro de

2016, por estudantes secundaristas do Paraná e logo se estenderam a estudantes universitários e de outros estados. Importa destacar a rapidez e a força organizativa neste momento, pois, dos 26 estados da Federação, em 22 houve ocupações escolares, além do Distrito Federal. A pauta era de âmbito nacional e unificava os secundaristas contra a reforma do ensino médio e a PEC dos gastos.

A primeira onda de ocupações escolares começou em São Paulo, quando este anunciou, em 26 de outubro de 2015, a proposta da reorganização escolar. A Secretaria de Educação divulgou o fechamento de 94 escolas, e os estudantes seriam remanejados para unidades no entorno.

A SEE-SP utilizou dois argumentos centrais para justificar a necessidade da reorganização: a possível diminuição do número de matrículas e um estudo responsável por indicar que os/as alunos/as de escolas de ciclo único teriam uma melhora de 10% em seu desempenho (CORSINO; ZAN, 2017, p. 27).

Vale lembrar que, antes de 2015, as grandes capitais do país vivenciaram as Jornadas de Junho.⁶ Essas jornadas levaram muitos jovens à experiência das grandes manifestações, antes observadas somente no período de redemocratização do país. Este acontecimento enunciou, a muitos jovens, a possibilidade de mudança nas estruturas do país por meio da ação direta e desobediência civil.

Em meio à resistência contra a brutal reação estatal que se seguiu, e sob a influência das periódicas jornadas de luta contra os aumentos das tarifas do transporte público, que sempre contaram com grande participação de secundaristas, os estudantes realizaram uma série de ações unificadas e também descentralizadas, incluindo travamentos, marchas, e ações de agitação e propaganda, sempre com forte conteúdo simbólico e mobilizando habilmente as chamadas redes sociais, com que lograram reunir um grande apoio às suas reivindicações (CATINI; MELLO, 2016, p. 1180).

No documentário *ACABOU A PAZ. Isto aqui vai virar o Chile! Escolas Ocupadas em SP* (PRONZATO, 2016), os estudantes que participaram das manifestações de junho levariam para as ocupações a experiência da organização política, as formas de mobilização pelas redes sociais e a experiência da repressão da polícia.

A primeira a reagir ao ‘plano desorganizador’ – como chamado pelos estudantes – foi a Escola Estadual Diadema, no ABC Paulista, em 9 de novembro de 2015, cerca de um mês após as primeiras declarações da secretaria. No dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo, foi tomada por estudantes, tornando-se uma espécie de ‘ocupação modelo’.

Na sequência, as ocupações passaram a se capilarizar de maneira não ordenada e extremamente rápida por todo estado. Norteados por palavras de ordem – ‘Não fechem

nossa escola!’ –, os estudantes “ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa” (PAES; PIPANO, 2017, p. 11).

Rapidamente, em menos de um mês, mais de duzentas escolas foram ocupadas, totalizando 213. Além disso, muitos estudantes que tinham evadido do espaço escolar agora adentravam os portões para participar e defender este espaço, muitas vezes por eles desconsiderados. O formato de como as ocupações eram organizadas permitia a participação efetiva deles em todas as tarefas, a possibilidade de construir um currículo que respondesse às reais necessidades, de temas e conteúdos pertinentes à realidade social, “as decisões são polifônicas e compartilhadas. Tudo ocorre na esteira do diálogo como instrumento político” (PAES; PIPANO, 2017, p. 16).

“Escola ocupada não é escola paralisada” e, ao invés das aulas tradicionais – motivo de muitas queixas por parte dos alunos – optou-se por novos formatos, dentre estes, as oficinas. Esses novos formatos permitiram experimentações mais democráticas, como eram as próprias ocupações. Também era liberado uma verdadeira “demanda represada” de pessoas e grupos com propostas diversas de oficinas como música, ioga, dança, ecologia, debates sobre gênero e questões raciais, entre outros (COSTA; GROppo, 2018, p. 102).

Este formato democrático de discussões entre os estudantes e a planificação da pirâmide estrutural do sistema de ensino possibilitaram uma ampla participação dos alunos e alunas nas decisões das ocupações. Por exemplo, na escolha de temas para os ‘aulões’ e na efetiva presença em todas as atividades, o que espelhou “o tipo de organização interna das ocupações, que foi marcada pela estratégia da autogestão, com assembleias diárias, nas quais as responsabilidades eram divididas a partir de discussões e encaminhamentos coletivos, sem hierarquização entre os que ocuparam as escolas” (MARTINS *et al.*, 2016, p. 231). Este tipo de organização permitiu aos estudantes de ensino médio “[...] experienciarem outras formas de relações dentro da escola, normalmente distante do dia a dia do processo formal de ensino-aprendizagem, recorrentemente orientado pelo formalismo e autoritarismo das pedagogias de tipo tradicional” (MARTINS *et al.*, 2016, p. 243-244).

A auto-organização, a autogestão, a ampla participação estudantil estão presentes nas ocupações da primeira e da segunda onda, em 2015 e 2016. Os estudantes buscavam autonomia das ações e identidade. Por mais que algumas instituições, como partidos políticos, coletivos e sindicatos, declarassem apoio às ações estudantis, estes procuravam a construção autônoma do movimento.

Além disso, os estudantes usaram as redes sociais como instrumento ágil e de organização das manifestações e divulgação das atividades, enquanto o governo se utilizava dos meios de comunicação tradicionais para enfraquecer o movimento. Os estudantes utilizavam as mídias alternativas, aparelhos celulares, páginas de *Facebook* e grupos de *WhatsApp* para demonstrar suas demandas. Carneiro, com base em Ortelado, destaca:

Não apenas seriam estas ferramentas mais comuns de comunicação que essa geração domina, mas também tendo em conta o cenário opressor e de vigilância das escolas – estes seriam meios de comunicação importantes em uma instituição avessa à assembleia, grêmios estudantis, conselhos de escola de fato etc. Meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicação que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziadas de espaços públicos de decisão. Enfim, uma escola em que espaços democráticos são dissolvidos no burocrático das instituições. É contra essa escola que os estudantes investem suas forças e, não à toa, multiplicam nos aplicativos e nas redes sociais suas demandas e, nesse meio, organizam suas batalhas para fazer da escola algo melhor, ou seja, democrática (CARNEIRO, 2017, p. 140).

As páginas de *Facebook* e os vídeos compartilhados nas redes sociais foram ferramentas de disputa contra o poder estatal instituído e contra a hegemonia da imprensa tradicional. Dessa maneira, os estudantes encontraram instrumentos alternativos para expressar e divulgar suas pautas. As mídias foram utilizadas também para divulgar a opressão do poder estatal sobre os estudantes. Em todo enfrentamento com a polícia, com representantes do estado ou mesmo com pessoas contrárias ao movimento, o celular estava presente para gravar e divulgar os atos. Com isso, os estudantes buscaram dar ouvidos àqueles que, por décadas, foram receptores de informações, sem poder questioná-las. Assim, seus corpos falavam e expressavam suas angústias e revoltas.

Nas diversas atividades dos estudantes nos ocupas, observa-se um questionamento relativo à estrutura escolar vigente pautada numa pedagogia bancária (FREIRE, 1987). Ao mesmo tempo, estes estudantes não negam sua importância. Ao contrário, eles a reafirmam:

Uma instituição que é vista (e com certa razão) como responsável por normatizar, cristalizar, petrificar desejos e devires. Por outro lado, esta mesma escola, que é alvo de críticas e comumente tomada como cenário dos mais “falidos”, viu-se defendida e valorizada por aqueles que são seus atores centrais: os estudantes. Se não a escola que conhecemos, certamente a escola como utopia, como espaço de invenção de si e do mundo, de criação coletiva, do saber como experiência, da alteridade e da escuta (PAES; PIPANO, 2017, p. 8).

Dessa forma, os jovens das ocupações paulistas, tanto quanto os outros movimentos dos ocupas ocorridos no país, sentem, refletem, visualizam sua realidade social e não a aceitam mais este formato estabelecido. Querem e exigem mudança.

Se é da igualdade entre os desiguais que trata a cidadania, a luta de ocupação das escolas públicas aponta para outro processo de politização. Desse ponto de vista, ela não se limita a evidenciar o conflito entre os que formulam as políticas educacionais e os que sofrem suas consequências; ao contrário, ela escancara que não estão em jogo simples “diferenças” de nascimento, educação e posição social, mas sim profundas desigualdades. A luta contra a reorganização mobilizou os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras, pois afetou exclusivamente a escolarização desse segmento da sociedade. E ao assumir a posição de resistência e confronto com a política educacional atual, os secundaristas esboçam uma noção de educação política voltada para as condições concretas de formação de classe (CATINI; MELLO, 2016, p. 137).

As manifestações estudantis se estenderam para outros estados brasileiros:

As ações coletivas enfrentavam, notadamente, políticas educacionais de acento neoliberal marcando as gestões do PSDB [...] à frente dos Estados de São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul [No entanto,] houve rechaço à precarização da educação pública mantida no Rio de Janeiro (gestão do PMDB [...]) e no Ceará (na gestão do PT [...]) (GROPPO, 2018, p. 94).

O avanço das políticas neoliberais e a constante precarização do ensino levaram estudantes de Goiás a ocupar suas escolas. A principal pauta de luta era a revogação da decisão do governador de entregar a gestão das escolas para organizações sociais, o que significaria repasses de dinheiro público para entidades filantrópicas. Os estudantes goianos começaram a ocupar entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. O número de escolas ocupadas chegou a 27.

Inspirados no movimento estudantil paulista, estes estudantes usaram o mesmo formato de organização interna nos ocupas. Apesar da repressão governamental e da truculência policial, eles conseguiram se manter organizados ocupando dezesseis unidades escolares durante dois meses. Estudantes foram agredidos, e professores foram presos por defenderem seus alunos. Mesmo diante deste cenário, os estudantes permaneceram nas ocupações, conquistando a revogação do decreto do governador, sobretudo

[...] as forças resistentes, portanto, são sempre duplas: são combativas, uma vez que enfrentam e recusam determinadas relações de poder, mas, sobretudo criativas, já que incessantemente propõe, de forma autônoma, a reorganização das relações sociais, não somente desafiando as normas instituídas, como também propondo novas formas de convívio, amor e de maquinação comum (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 78).

A potência criativa e organizativa das ocupações revela a busca pela construção de um novo espaço escolar, onde a participação na construção deste mesmo espaço esteja presente o sujeito aluno e onde uma pedagogia mais libertadora possa ser inaugurada (FREIRE, 1987).

No Rio de Janeiro, os estudantes, ainda no final de fevereiro de 2016, iriam aderir à greve dos professores, “contra as condições precárias do sistema estadual de educação, as ameaças de mais cortes nas verbas da educação dada a crise fiscal do estado – e o autoritarismo da gestão de escolas e da crise da Secretaria Estadual de Educação” (GROPPO, 2018, p. 95). Os professores reivindicavam um reajuste salarial, mudanças nos calendários de pagamentos e melhores condições trabalhistas. A esta pauta os estudantes acrescentaram a diminuição de alunos por sala de aula e melhorias na infraestrutura.

A partir da iniciativa estudantil no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, no período entre abril e junho de 2016 mais de 70 escolas no Estado do Rio de Janeiro foram ocupadas em defesa de uma educação pública e de qualidade e como instrumento de denúncia sobre a degradação da educação pública no Rio de Janeiro (SILVA; MELO, 2017, p. 120).

Outras importantes manifestações estudantis aconteceram no Brasil, como no Rio Grande do Sul, estado onde os estudantes, entre os meses de maio e julho, ocuparam mais de 150 escolas, sendo 41 delas em Porto Alegre:

As motivações declaradas pelos estudantes eram variadas, girando em torno do apoio aos professores – naquele momento, em forte mobilização devido aos parcelamentos de salários, não pagamento do piso nacional e outras pautas, que levariam à decretação de uma greve a partir do dia 16 de maio –, da retirada de projetos de leis entendidos como nocivos, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERS); e da falta de investimentos financeiros em educação por parte do governo do estado, o que estava impactando fortemente no cotidiano escolar em virtude da precarização da estrutura de ensino como um todo (SEVERO; SEGUNDO, 2017, p. 74-75).

Logo no início, os estudantes buscaram se manter abertos ao diálogo, porém o governo mostrou-se alheio ao movimento, pois acreditava que as direções das escolas conversariam com os alunos e resolveriam a questão. No entanto, a partir da terceira semana o movimento se fortaleceu e outras escolas foram ocupadas. O então secretário de Educação Vieira da Cunha, que estava de férias, ao retornar visita as escolas e senta-se para conversar com alguns estudantes. Neste mesmo dia, porém, o secretário deixaria o cargo.

As manifestações se intensificaram, e a tentativa de negociação com o novo secretário somente aconteceu quando mais de setenta alunos ocuparam a Assembleia Legislativa, em 13 de junho de 2016:

Após um dia de ocupação na Assembleia Legislativa e pressão para as negociações, os estudantes desocuparam o espaço com a promessa de um acordo que seria firmado entre o governo e os jovens secundaristas. Na quarta-feira foi realizado o acordo (SILVA, B.; SILVA, E., 2017, p. 240).

No entanto, algumas escolas não aceitaram o acordo e continuaram ocupadas alegando que faltaram mais discussões coletivas sobre o acordo firmado, sendo que estas escolas só seriam desocupadas em 24 de junho de 2016.

No Ceará, entre maio e agosto de 2016, estudantes secundaristas ocuparam escolas em apoio à greve dos professores. A paralisação durou 107 dias e, neste íterim, mais de sessenta escolas foram ocupadas. Apesar da intensa mobilização, os professores terminariam a greve sem nenhum ganho para a categoria. Os estudantes reivindicavam melhorias na qualidade do ensino, na infraestrutura e merenda. No entanto, o governo buscou criminalizar o movimento, abrindo um inquérito policial contra 320 alunos, alegando supostos danos ao patrimônio público. No Espírito Santo, cerca de cinquenta escolas foram ocupadas em menos de duas semanas:

A disseminação dos “ocupas” não estava desconectada da rede de resistências secundaristas que já operava por meio de protestos, movimentos, coletivos e até mesmo tentativas abortadas de auto-organização que vinham fazendo a geografia escolar oscilar (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 86).

Os estudantes capixabas ocuparam as escolas contra as medidas governamentais, mas também contra as relações de poder instauradas nas instituições de ensino, que cerceiam suas liberdades. É o que registram Alvim e Rodrigues (2017, p. 89) quando escrevem: “Estamos vivenciando um processo de resistências, no sentido forte do termo. São movimentos contra as discriminações, as abordagens tendenciosas das mídias tradicionais, a centralização administrativa das escolas, a mercantilização da educação e a certas propostas de lei governamentais”.

As ocupações estudantis sofreram repressão policial e intimidação do estado. Em Porto Alegre, por exemplo, em 17 de maio “os estudantes foram violentamente agredidos e retirados da Secretaria de Fazenda. Os menores de idade foram encaminhados a Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes e os maiores de idade chegaram a passar horas no presídio central” (SILVA, B.; SILVA, E., 2017, p. 241). Em São Paulo,

havia pessoas seguindo os jovens, principalmente viaturas da polícia, que ficavam rondando a escola o tempo inteiro. Um dos alunos ressaltou que foi seguido, abordado pela Força Tática da Polícia Militar de São Paulo e questionado se era ocupante. O rapaz negou. (CORSINO; ZAN, 2017).

A forma repressiva como o estado utiliza o aparato jurídico-policial e a imprensa tradicional dimensiona a força e a potência do movimento das ocupações:

A resistência é essa luta constante das comunidades pela sua existência, pelo direito ao território, às identidades e as culturas, constituindo-se em um devir [assim] é na esperança e na luta que aparecem as brechas para a educação conscientizadora e serão palco para as vivências emancipatórias (LARCHERT, 2017, p. 15).

Portanto, na reflexão a partir do meio em que estão inseridos os secundaristas encontram formas de insurgirem e construírem estratégias de luta e resistência com inventividade nas suas práticas:

[...] ou sua capacidade de fugir do *script* tantas vezes encenado. Se o movimento manteve, em grande medida, sua autonomia, superando a submissão esperada pelas organizações políticas tradicionais, é porque respondia a uma necessidade histórica – tanto pela forma quanto pelo conteúdo da luta (CATINI; MELLO, 2016, p. 1182).

Após esta primeira onda de ocupações, os estudantes retomariam esta tática de luta, agora contra a MP 746 (BRASIL, 2016a) e a PEC dos gastos de 2016. Como já dito, esta medida estabeleceu o congelamento por vinte anos dos investimentos em saúde e educação. Além disso, reagem ao projeto Escola Sem Partido (BRASIL, 2016c). Esta proposta trata do cerceamento nas salas de aulas brasileiras de discussões no campo político e a exclusão de debates sobre gênero, raça, sexualidade e religião nas escolas. O Escola Sem Partido parte da ideia de que há, na escola brasileira, a “prática de doutrinação política e ideológica” (SILVA; MELO, 2017, p. 122).

Grosso (2018) entende as ocupações no segundo semestre de 2016 como um processo distinto, mas não isolado das outras manifestações estudantis no país. Além disso, o fazer-se das juventudes e dos movimentos estudantis permaneceria ativo na constituição do levante estudantil da segunda onda, em 2016.

A segunda onda das ocupações tem pautas nacionais – a contrarreforma do ensino médio e a PEC dos gastos. Vale lembrar que estas ações autoritárias aconteceram na sequência de um golpe jurídico, parlamentar e institucional, legitimado pela imprensa hegemônica do país, que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), assumindo em seu lugar o então vice-presidente Michel Temer (MDB).

A segunda onda se inicia em contexto em que o golpe institucional se consolidou. Ela contesta as primeiras medidas do governo Temer com o anunciado acento neoliberal *stricto sensu*. As ocupações passam a ser a resistência e luta contra a regressão de direitos sociais, regressão anunciada pelo caráter não-dialógico da edição da MP 746 e pelas regressivas dessa mesma MP, consolidada com a aprovação da PEC 142/55, que claramente privilegia a destinação dos recursos públicos – socialmente angariados – para interesses particulares, em especial do capital financeiro, principalmente o especulativo (GROPPO, 2018, p. 111).

As ocupações escolares da segunda onda começaram em outubro de 2016. A urgência para aprovação das medidas anunciadas e a falta de debates com professores, estudantes e sociedade organizada suscitaram nos estudantes secundaristas, primeiramente, e nos estudantes universitários, por conseguinte, um levante estudantil envolvendo mais de 1.200 escolas, 139 universidades em 22 estados e Distrito Federal. Destas, 850 escolas e quatorze universidades são do Paraná, e ainda três núcleos regionais de educação.

As ocupações de escolas ocorridas no ano de 2016 foram, sem sombra de dúvidas, um dos mais impactantes eventos, no território nacional, em defesa da educação como direito na história recente da educação pública, gratuita e de qualidade. Mais do que isso: teve como protagonistas jovens secundaristas, que conseguiram pautar politicamente o problema das contrarreformas na educação, impondo à mídia e à sociedade a reflexão sobre a necessidade de discutir o desmonte da educação pública no Brasil (ALMEIDA; MARTINS, 2018, p. 175).

Importa, aqui, destacar que muitos alunos participantes dos ocupas no Paraná estiveram presentes nas greves dos professores em 2015 neste estado. Isto pode ser observado no relato da entrevistada Maria: “Sim eu participei da greve dos professores que teve um ano antes se não me engano, e pra mim fez uma diferença muito grande, tanto na forma de pensar e de defender o que eu penso” (MARIA, entrevistada em 2018). Os professores lutavam contra os ataques à previdência e ao atraso no repasse de verbas, entre outras pautas da categoria.

Em 29 de abril de 2015, professores, funcionários e demais categorias mobilizaram-se em frente à Assembleia Legislativa do Paraná tensionando a retirada do projeto de lei que alterava o Fundo Previdenciário. O então governador Carlos Alberto Richa (PSDB), juntamente com secretário de segurança Fernando Francischini, jogaram os policiais da tropa de choque para cima dos manifestantes, massacrando-os com balas de borrachas, sprays de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo. Foram mais de duas horas de ataque, sendo que aquela tarde jamais será esquecida pelos professores e funcionários estaduais. Será lembrada como “O massacre do dia 29”.

A participação de muitos estudantes no massacre de 29 de abril “serviu para amadurecer a experiência política de jovens que nunca tinham participado de outros movimentos sociais” (BRAGA, 2017, p. 237). Os estudantes sentiram a força e repressão estatal, tanto na forma física quando na forma simbólica.

Nas ocupações de 2016, os estudantes revelam um formato de organização e construção das ocupações que busca, nos movimentos anteriores, inspiração e modelo. Assim, para as ocupações iniciarem, eles faziam assembleias para decidir coletivamente sobre ocupar ou não as escolas. Todos os estudantes poderiam se manifestar e opinar, decidindo em conjunto. É importante destacar que, em algumas escolas, os grêmios estudantis foram imprescindíveis para a organização. Em outras, porém, os alunos se organizaram independentemente das entidades representativas.

Dentro dos ocupas, os estudantes elegiam comitês de organização: “A gente tinha essa divisão para não ficar muito sobrecarregado também porque precisávamos nos organizar, a gente tinha que se manter” (LUIZA, entrevistada em 2018).

No formato democrático e horizontal das tomadas de decisão, as pautas eram amplamente discutidas em assembleias quase diárias, e comissões eram criadas para cumprir tarefas. Havia certa sociabilidade na divisão de funções, desconstruindo estereótipos e discursos de capacidade de gênero. Segundo Prates *et al.* (2017, p. 47), “o que interessava mesmo era a constituição de um espaço político, muitas vezes público, dos dois gêneros ou nenhum, tamanha era a diversidade”.

Os jovens também buscaram o distanciamento das formas tradicionais de reivindicação lideradas por partidos políticos, sindicatos ou movimentos religiosos, caracterizando independência e autonomia. Estas juventudes se afastaram da estrutura organizativa mais verticalizada presente nas instâncias representativas tradicionais do movimento estudantil. Prates *et al.* (2017, p. 9) reiteram esta ideia nos seguintes termos: “Assim, colocava-se à sociedade a necessidade de compreender os impactos dessa nova configuração (constituída de jovens auto-organizados) tomando decisões compartilhadas e sem tutela de ‘responsáveis’ [...] enfim independentes!”

Com ações internas nas ocupações, os estudantes buscaram demarcar seu território, com autonomia e clareza em seus objetivos. Em muitos cartazes, eram perceptíveis os recados: ‘Ocupado, porém não desocupados!’ ou: ‘Não temos o direito de abrir mão de nossos direitos!’. Em vários momentos, o movimento foi acusado de ser manipulado pela esquerda política ou pelo sindicato dos professores do Paraná.

Em Francisco Beltrão, as ocupações começaram em 11 de outubro de 2016 no Colégio Estadual Léo Flach, na periferia do município. Após a primeira ocupação, outros dez colégios foram ocupados, sendo o segundo na região central: o Colégio

Estadual Mário de Andrade. Porém, por ofertar três cursos profissionalizantes e o ensino médio regular, este colégio atende estudantes de todos os bairros da cidade e muitos vêm das cidades vizinhas.

As ocupações em Francisco Beltrão

Assim como aconteceu no restante do Paraná, as ocupações em Francisco Beltrão foram procedidas de acontecimentos importantes que impactaram para que as ocupações se realizassem no município, e que demonstram um processo participativo e de envolvimento de jovens secundaristas. Jovens beltronenses estiveram presentes na greve dos professores em 2015. Nesse município, a greve teve adesão de mais de 95% dos professores e funcionários da educação. Foi um momento importante para a categoria, com várias passeatas pela cidade, debates e ‘aulões’ públicos para estudantes e comunidade na praça central. Em tal processo, houve a participação dos jovens, conforme visto a seguir: “Sim eu participei de manifestações como as greves dos funcionários públicos do Estado do Paraná” (LUCAS, entrevistado em 2019). “Sim eu participei da greve dos professores que teve um ano antes, se não me engano” (LUIZA, entrevistada em 2018).

Muitos dos jovens que participaram das ocupações estiveram em outras manifestações anteriores ocorridas em Francisco Beltrão, como as manifestações pelos direitos das mulheres, contra o feminicídio, contra o machismo e contra a homofobia, e a participação em atividades contrárias à Lei da Mordaga. Para os jovens entrevistados, a participação nestas manifestações foi significativa: “[...] porque nos ajudaram a criar uma resistência antes das ocupações” (LUIZA, entrevistada em 2018). “Teve aquela do começo do ano da mordaga que deu dois mil e poucos alunos que foi bem relevante sabe, porque quando você participa desses movimentos você tem um crescimento pessoal” (PAULO, entrevistado em 2018).

Considera-se importante a participação de muitos estudantes em manifestações anteriores às ocupações. Isso revela uma experiência formativa e o envolvimento político destes jovens, que ficariam mais explícitos com as ocupações.

Interessa destacar também que, no período das ocupações no Paraná, os educadores novamente entraram em greve. Ela começou em 11 de outubro de 2016, após deliberação em assembleia. A principal pauta era o pagamento da data-base, que mais uma vez o governo estadual de Beto Richa se recusava a pagar. Os professores se mantiveram em greve por quinze dias e declararam apoio às ocupações estudantis, assim como os estudantes declaram apoio à greve dos professores. Mas, diferentemente da

greve anterior, nesta a adesão dos docentes foi menor, gerando vários impasses entre os que defendiam a greve e os que eram contrários.

As ocupações começaram no Paraná em 3 de outubro de 2016. A primeira instituição a ser ocupada foi o Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, na periferia de São José dos Pinhais, município localizado na região metropolitana de Curitiba. Esta ocupação desencadeou uma onda de ocupações por todas as regiões do estado. A cada instante uma nova escola era ocupada. Os estudantes beltronenses acompanhavam pelas redes sociais o processo de ocupação:

A minha indignação, porque quando começou a onda das ocupações eu percebi que era algo muito importante e que a gente deveria tomar frente e começar também em Beltrão (PAULO, entrevistado em 2018).

Já motivados pelas ocupações que aconteciam no estado, os jovens participaram de várias atividades realizadas no município tendo como pauta as reformas que vinham sendo encaminhadas pelo governo Temer. No domingo de 9 de outubro de 2016, estudantes secundaristas e universitários, assim como lideranças de entidades de trabalhadores, reuniram-se para discutir e debater a MP 746/2016 (BRASIL, 2016a).

No dia seguinte, estudantes secundaristas organizaram uma passeata contra a retirada das quatro disciplinas do Ensino Médio (Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física), como previsto na medida provisória, conforme publicação do Jornal de Beltrão: “Ontem de manhã, centenas de estudantes de vários colégios estaduais participaram de caminhadas pelas ruas, portando cartazes e entoando palavras de ordem contra a MP. No calçadão eles fizeram um ato público” (PEDRON, 2016, p. 2). A mobilização começou com o grêmio estudantil do Colégio Estadual Mario de Andrade (CEMA), envolvendo os grêmios estudantis de outras escolas.

Em 11 de outubro de 2016, aconteceu a primeira ocupação em Francisco Beltrão, no Colégio Estadual Leo Flach:

Na noite anterior às ocupações os alunos discutiram o tema com o professor de filosofia, logo após começamos a discutir com os outros estudantes do colégio. Na manhã seguinte, quando a direção, professores e funcionários chegaram, a escola já estava ocupada (ERNESTO, entrevistado em 2019).

Depois foi a vez de os alunos do Colégio Estadual Mario de Andrade realizar a ocupação desta escola, que foi registrada na página do *Facebook* Ocupa Paraná. Aí, os secundaristas assinalavam cada colégio que era ocupado e, ao mesmo tempo, reforçavam as *hashtags* #ForaTemer, #ForaMendonça, #ForaRicha.

Um elemento que merece destaque nas ocupações escolares no Paraná, tendo sido observado em Francisco Beltrão, foi a utilização das redes sociais. Esse instrumento foi utilizado na pré-organização dos ocupas e na manutenção das atividades. Foi usado também após as ocupações, como forma de manter vínculos entre os participantes. Os secundaristas utilizariam as redes sociais como uma forma organizativa velada ou como “meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicados que não venham das instancias do poder oficial, bem como esvaziada de espaços públicos de decisão” (CARNEIRO, 2017, p. 140). Ao usar os meios de comunicação virtual, os ‘secundas’ (estudantes secundaristas) se distanciavam dos meios de comunicação tradicionais e faziam a própria divulgação do movimento quanto a suas ações e objetivos, muitas vezes contrapondo-se ao que era divulgado pela imprensa tradicional.

No processo de ocupação, uma das principais dificuldades encontradas pelos estudantes foi garantir a alimentação:

Quando a gente entrou não tínhamos nada. Eu falei como a gente vai viver? A gente se organizou, pegamos umas folhas sobre a impressão da Reforma do Ensino Médio, sobre a PEC, e a gente foi de mercado em mercado, aí teve um mercado que deu uma caixinha de bolacha, teve um mercado que deu uma caixinha de leite em todos os mercados da região (PAULO, entrevistado em 2018).

Os estudantes se organizaram para buscar ajuda na comunidade, ao mesmo tempo que explicavam os motivos das ocupações. Além disso, o auxílio na alimentação e em outros materiais necessários vinha, em muitos momentos, das próprias famílias e dos professores que apoiavam a iniciativa.

Além disso, os estudantes utilizaram-se de comissões para organizar e estruturar os ocupas, de forma semelhante aos estudantes nas demais ocupações de 2015 e 2016: “A organização de uma comissão de responsável por essa parte, tanto para o controle do estoque de mantimentos [quanto para a] preparação de refeições e organização de pedidos e solicitações de doações” (SILVA; SILVA, 2017, p. 236).

Na maioria das escolas, havia um cartaz expondo as regras: falar sobre a ocupação; depredar patrimônio público é crime; respeitar a todos, professores, funcionários e alunos; colaborar com os colegas; colocar o lixo no lixeiro; não desperdiçar água, comida, tempo e nem energia; evitar brincadeiras de mau gosto, xingamentos e palavrões. Para que estas regras fossem postas em prática e com responsabilidade, os ocupas organizavam assembleias e dividiam as tarefas de cozinha, limpeza, segurança e formação. Conforme Paes e Pipano (2017, p. 16),

As ocupações nos mostram, contudo, e a produção de diferentes formas de gestão da estrutura e dos códigos escolares. Como se o poder, não mais hierarquizado, se esvaziasse em função de molecularização de suas operações. Um poder que não mais encarna na figura de um chefe ou de um líder, tampouco do carrasco ou de outros símbolos que representam o opressor. Mas que, ainda assim, tolera a organização, a divisão do trabalho, a rotina, o lazer, etc.

Nos ocupas, é possível reconhecer a dissolução dos poderes hierarquizados presentes na gestão e na organização escolares atuais. Isso revela a construção efetiva de uma forma escolar horizontalizada, que aponta os anseios estudantis por participação direta nas decisões e na estruturação do espaço escolar.

Então sempre tinha alguém, por exemplo: o que a gente tinha que fazer de almoço hoje? A gente tinha ali mais ou menos as pessoas que se organizavam [...] A gente também cuidava das próprias doações que a gente recebia, então a gente conseguia ter um caixa mais ou menos ali para a gente comprar para a gente: “Ah precisa comprar pão, precisa comprar café”, e a gente conseguia ter essa divisão e a organização [...]. Então, a gente sempre se dividia (CARLOS, entrevistado em 2019).

A adoção de escalas e a divisão das tarefas demonstram uma articulação do movimento em âmbito estadual e com as manifestações da primeira onda. Conforme reportagem em CartaCapital, “Todos reproduzem um sistema parecido. Os ocupantes dividem-se em comissões de comunicação, segurança e cozinha, entre outras. Cada qual fica responsável por atividade de uma área” (TRUFFI, 2016, s.p.).

Os secundaristas se preocupavam em tornar os ocupas espaços de aprendizado e debates entre os jovens, especialmente em relação às reformas que vinham acontecendo no país. Nesse sentido, via *Facebook*, eles organizaram uma ficha em que convidavam pessoas para contribuir para as atividades nas escolas, através de iniciativas formativas e culturais. Assim, rodas de conversas, palestras e debates, saraus e oficinas fizeram parte das atividades dos jovens no período das ocupações:

A gente abriu um link para que as pessoas realmente se voluntariassem pra dar aula, pra dar curso, pra fazer debates com a gente. Então, estava aberto o diálogo [...] geralmente os minicursos eram no período da tarde e da noite (FERNANDO, entrevistado em 2018).

Algumas destas atividades foram abertas para a participação da comunidade externa, conforme evidenciado em convite feito por alunos ocupados do Colégio Estadual Suplicy e citado por Martins (2018, p. 159-160): “Aproveitamos este para convidar toda a comunidade escolar para uma palestra e debate onde debateremos a PEC 241, a MP 746 e as ocupações nas escolas que ocorrerá domingo às 19h30min, no Colégio Suplicy. Sua presença é muito importante!”.

De certa maneira, este formato organizativo revela que também, em Francisco Beltrão, os estudantes experienciavam formas autônomas e democráticas de organização.

Outro elemento importante nas ocupações em Francisco Beltrão foram as relações conflitantes estabelecidas com a comunidade externa. Aqui, vale lembrar que “a ideia de autoformação não prescinde jamais do conflito e da relação com o outro, representado seja por uma classe, ou seja, por indivíduos tomados isoladamente” (FARIA FILHO, 2008, p. 250). Assim, embora contassem com o apoio de pais e professores, os estudantes também eram pressionados por pais, professores e alunos contrários ao movimento, pela imprensa local e pelo Estado, representado na cidade pelo Núcleo Regional de Educação e pela Justiça.

Conforme Martins (2018), à semelhança de outros lugares, uma das principais reclamações dos estudantes dizia respeito à falta de debates e participação dos interessados em relação à reforma do ensino médio. Para conter as ocupações e demonstrar que o governo estava aberto ao diálogo com os estudantes, em 13 de outubro de 2016 foi organizado pelos núcleos regionais de educação paranaenses um debate sobre a reforma. Em Francisco Beltrão, a atividade aconteceu no Anfiteatro da UNIOESTE, reunindo professores e estudantes. Seguindo a decisão da maioria do estado, a proposta da reforma foi rejeitada.

Por sua vez, durante as ocupações os estudantes enfrentaram pais e professores contrários, e houve ameaças nas redes sociais:

Nós tivemos alguns embates de frente, mas tudo foi resolvido. Alguns professores tentaram confrontar, arrombar a escola para tentar dar aula. Os pais, eu lembro, teve um movimento dos pais que eram contra as ocupações, eles iam na frente das escolas reivindicar. (MARIA, entrevistada em 2018)

Eu recebi ameaças no meu Facebook, que eu participei de algumas entrevistas e o meu WhatsApp, o meu Facebook, tinha ameaça de gente falando que ia mandar a política me bater (LUIZA, entrevistada em 2018).

Esta reação de parte da sociedade contra as ocupações ficou mais explícita a partir da campanha Desocupa, reunindo pais, alunos, diretores e professores, e amplamente divulgado pelos meios de comunicação locais. A campanha aconteceu em todo o Paraná contando com o apoio do governo estadual e suas respectivas lideranças nos municípios, assim como chefes dos núcleos regionais de educação.

Em Francisco Beltrão, o noticiário local cobriu, com detalhes, todos os movimentos organizativos da campanha Desocupa. Os integrantes se reuniram com a chefe

do Núcleo Regional de Educação para discutir e foram na frente das escolas acompanhados do jornal, rádio e de advogados para pressionar os participantes a terminarem com o movimento. Não obtendo êxito, juntamente com a promotoria pública, promoveram um debate para desmobilizar o movimento. Porém, apesar da pressão, os estudantes anunciaram que só saíram das escolas por meio de uma medida judicial. E foi o que aconteceu: no dia seguinte da audiência com a promotora, os estudantes receberam o mandado de reintegração de posse e, assim, desocuparam as escolas.

A experiência das ocupações, no seu processo organizativo, nas relações estabelecidas com a comunidade externa, nos conflitos internos e externos vivenciados, foi importante para os aprendizados dos jovens em Francisco Beltrão:

O que eu aprendi? Eu aprendi o que eu precisava, eu aprendi muito mais que eu esperava. Conhecendo a PEC a MP, estudando, fazendo textos, fomos conhecer a faculdade Unioeste, ouvimos várias opiniões diferentes, aprendi muita coisa. Aprendi o convívio com pessoas, eu aprendi a ser uma prioridade no estudo, eu aprendi como dar o primeiro passo para viver, é isso que eu aprendi. O primeiro passo para viver é o esforço, a dedicação, a luta. Sem sofrimento não há vitória, sem luta não há conquista, sem suor não há gratidão. Então, o primeiro passo da vida é ser firme e forte para vencer amanhã. Esse é o primeiro passo (ERNESTO, entrevistado em 2019).

O homem se constitui em ação dialógica com seus pares e seu meio social, sendo na palavra, no trabalho, na ação-reflexão que os homens se fazem como práxis num processo formativo mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987). Portanto, a participação dos secundaristas nas ocupações concretiza a possibilidade de estes jovens se perceberem como sujeitos capazes de desvelar a realidade objetiva e agir reflexivamente, buscando sua transformação.

Tal afirmação pode ser corroborada se o ressurgimento da luta estudantil no município após as ocupações for considerado, o que pode ser observado pela reativação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) beltronense, da União da Juventude Socialista (UJS), do Coletivo Juventude de Luta FB e dos coletivos de alguns partidos, como o PT e Psol. Isso fica evidenciado também nas diversas atividades organizadas pelos estudantes no município após as ocupações: o congresso que elegeu a chapa 'Vem Quem Tem Coragem' (2017); o projeto 'Doe uma Aula', preparando os estudantes para o Exame Nacional do Ensino Médio (2017); a participação no 42.º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (CONUBES), em Goiânia (2017); o protesto do desfile de 7 de Setembro (2017); a discussão do projeto Escola Sem Partido na câmara municipal de Francisco Beltrão (2018); o 3.º Encontro Regional de Grêmios Estudantis (2018); o apoio aos professores de Curitiba em 30 de agosto

(2018); a participação no 53.^o Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (CONUPES), em Guarapuava (2019); a audiência pública sobre o projeto Escola 2030 (2019); a participação na Marcha das Mulheres, em 8 maio (2019); a participação na 11.^a Bienal da UNE (2019); a organização e participação no ato contra os cortes na educação (2019); entre outras atividades desenvolvidas pelos jovens e que são indicativos da importância formativa das ocupações para eles.

Conclusão

As ocupações em Francisco Beltrão duraram quinze dias, porém possibilitaram aos estudantes secundaristas a compreensão de que a escola é um direito social e um território em disputa. Snyders (2005) afirma, com razão, que o caráter reprodutivo da escola não anula as possibilidades de sua participação nos processos de transformação social. “Pelo contrário, marca o combate a ser travado, a possibilidade desse combate que já foi desencadeado e que é preciso continuar. É esta dualidade, característica da luta de classes, que institui a possibilidade objetiva da luta” (SNYDERS, 2005, p. 103). A luta de classes se faz presente no movimento estudantil⁷, seja nas lutas travadas na ditadura militar, seja nas diversas mobilizações em defesa da educação pública, por políticas inclusivas e contra as políticas neoliberais que vêm sendo implantadas no Brasil desde 1990, mas que se acentuam a partir de 2015.

Além disso, as ocupações revelam que, apesar de todas as dificuldades da escola pública, esta, como espaço de domesticação/libertação, ainda possibilita a reflexão do ser humano no mundo (FREIRE, 1987). Com base em Freire (1987), compreende-se que o ser humano, ao sair da sua condição de oprimido, modifica o ser social, e este, ao ser modificado, também modifica a forma de se relacionar com o mundo, em todas suas dimensões. Assim, a escola como espaço em disputa também possibilita mudanças significativas na formação do ser humano. Nas ocupações aqui analisadas, a transformação pessoal ficou perceptível, pois muitos secundaristas revelaram aprendizados políticos diante do que acontecia. Ao se apropriarem deste local de fala e do campo em disputa, muitos jovens foram modificados em seu ser social, o que possibilitou uma nova experiência de se relacionar com o outro e com o mundo.

Nas entrevistas, esta percepção é aprofundada:

O que me levou foi à vontade de ser ouvida, estava vendo muita coisa acontecer que eu não concordava [...] Você quer ser ouvido você precisa participar. A gente participa quando a gente não concorda com o que está acontecendo (LUIZA, entrevistada em 2018).

O caráter formativo das ocupações se constitui na luta dos estudantes por uma escola pública e de qualidade, também por ensaiarem um novo formato escolar nos ocupas a partir da auto-organização dos jovens, o que possibilitou aos estudantes vivenciarem a experiência de uma democracia ampliada, na qual todos os sujeitos envolvidos agem efetivamente no processo, potencializando o caráter formativo neste transcurso. É nesse sentido que as assembleias, as divisões de tarefas, os turnos de trabalho, o currículo alternativo, com palestras, minicursos, saraus de música, poesia, dança, tornar-se-iam uma característica distinta dos ocupas, revelando uma alternativa para a forma escolar e marcando a experiência formativa dos sujeitos. Logo, é possível afirmar que o movimento das ocupações, em Francisco Beltrão, foi significativo para o processo formativo dos jovens envolvidos direta ou indiretamente nelas, tendo também reflexos na reorganização do movimento estudantil na cidade.

Notas

- ¹ Utilizamos a nomenclatura PEC dos gastos, como também foi denominada no período.
- ² Importa referir que a Escola do Campo Paulo Freire, que foi ocupada, localiza-se em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conhecido por Assentamento Missões, no interior de Francisco Beltrão.
- ³ Este trabalho de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UNIOESTE, sob o Parecer n.º 2.828.179. Os nomes dos entrevistados foram alterados de modo a preservar suas identidades.
- ⁴ Na escola do campo, dada a localidade, tivemos dificuldade para estabelecer contato e, na escola localizada no perímetro urbano, os jovens, quando procurados, não se dispuseram a participar.
- ⁵ Vale lembrar que, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (*cf.* BRASIL, 1998) e com a universalização do acesso escolar, crianças e jovens das classes populares que se encontravam fora do espaço escolar adentram o sistema de ensino e ocupam seus lugares.
- ⁶ No Brasil, em 2013, aconteceram as Jornadas de Junho que começaram em São Paulo a partir da manifestação de jovens universitários integrantes do Movimento Passe Livre. Se, inicialmente, a questão do transporte público foi a causa fundamental das manifestações, na medida em que elas espontaneamente se espalharam pelo país, conseguindo a adesão de diferentes segmentos da sociedade – a maioria jovem –, o movimento foi tendo uma pluralidade de reivindicações com pautas difusas e variadas, as quais já evidenciavam a polarização político-ideológica que tomou conta do país a partir de 2015 (MARTINS, 2018).
- ⁷ Entendemos que o movimento estudantil não é homogêneo, mas resultado das contradições da sociedade capitalista. Logo, em seu interior podemos observar interesses e posições políticas e ideológicas divergentes e contraditórias. Aqui, destacamos as lutas que se alinham aos interesses das classes trabalhadoras.

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALMEIDA, Jane Barros; MARTINS, Marcos Francisco. As ocupações das escolas no Paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 175-224.
- ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, p. 75-95, 11 mar. 2017.
- BOUTIN, Aldimara; FLACH, Simone. O movimento de ocupações de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. *Inter Ação*. Goiania, v. 42, n. 2, p. 429-446, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/45756>. Acesso em: 13 set. 2022.
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação*: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- BRASIL. Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016a. Presidência da República. Secretaria-geral. *Diário Oficial da União*, 23 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016b. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para Instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 2-3, Brasília, DF, de 16 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm#art1. Acesso em: 5 jan. 2017.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 193, de 2016 de 3 de abril de 2016c*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Senado Federal, 3 de abril 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3y1naMp>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BRASIL. Lei n. 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Presidência da República. Secretaria-geral. *Diário Oficial da União*, 17 de fevereiro de 2017. Brasília Disponível em: <https://bit.ly/3y1n47v>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CARNEIRO, Silvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. *Comunicações*, Piracicaba, v. 24 n. 2, p. 137-150, maio-agosto 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3AeCvvp>. Acesso em: 20 maio 2019.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, [s.l.], v. 37, n. 137, p. 1177-1202, dez. 2016.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 26-48, 11 mar. 2017.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer história da educação com E.P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 247-264.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* (Org.). Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-2016.

GROppo, Luís Antonio. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 85-117.

GROppo, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Unimep, 2005.

LARCHERT, Jeanes Martins. Cala boca menino! O menino não cala, resiste. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, p. 1-22, 11 mar. 2017.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario. (Ed.) *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARTINS, Marcos Francisco *et al.* (Org.). As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas. *Revista Crítica Educativa*, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 227-260, 17 ago. 2016.

MARTINS, Suely Aparecida. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 143-167, 2018.

OCUPAPARANÁ. [Sem título]. Disponível em: <https://ocupaparana.spks.xyz/>. Acesso em: 13 maio 2018.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas da política e educação. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 3-25, 11 mar. 2017.

PEDRON, Flavio. Estudantes protestam contra a retirada de quatro disciplinas do Ensino Médio. *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, p. 1-27. 11 out. 2016.

PRATES, Georgia; RUGGI, Lennita Oliveira; SILVA, Mônica Ribeiro da; MACHADO, Valeria Floriano. *Ocupar e resistir: memórias de ocupação Paraná 2016*. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2017.

PRONZATO, Carlos. Acabou a paz. Isto daqui vai virar o Chile: escolas ocupadas em São Paulo. La Ameztsisa Audiovisual, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/39ZGiT1>. Acesso em: 3 mar. 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. OCUPATUDORS: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 73-98, 11 mar. 2017.

SILVA, Andréa Villela Mafra da; MELO, Keite Silva de. #OCUPAISERJ: estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do instituto superior de educação do Rio de Janeiro. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 119-140, 11 mar. 2017.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Uma pá de ocupação: ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 50, p. 228-244, 22 maio 2017.

SNYDERS, Georges. *Escola e luta de classes*. São Paulo: Centauro, 2005.

TRUFFI, Renan. Sob pressão da justiça, secundaristas completam um mês de ocupações nas escolas. *Carta Capital*, São Paulo, 4 de novembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3OMy6o0>. Acesso em: 20 nov. 2016.